



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP 003/2024 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS

O Presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da licitação e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade, abaixo especificada.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de Iluminação e Proteção em Ciclovia da Estrada Vicinal José Landin no município de Ribeirão Corrente SP. O município de Ribeirão Corrente possui população estimada 4.752 pessoas [2020]. Seu IDH 0,751. As principais fontes de renda das famílias são constituídas em sua maior parte junto à agricultura, notadamente na produção de café e pecuária, culturas distintas, mas com algo em comum a instabilidade.

O Município pretende promover a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade e da segurança viária, assim melhorando a qualidade de vida e do acesso aos serviços básicos nas áreas urbanas desta municipalidade.

ÁREA REQUISITANTE

O objeto em tela atende a solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras, Habitação e Serviços.

2. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Por se tratar de contratação decorrente de recursos oriundos de Convênio firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais, conforme convênio nº 102623/2023 ou seja, obra superveniente, não houve a previsão no plano anual de contratação. Ressaltando que para a realização da necessidade apresentada, no final do exercício de 2023, após a formalização do convênio, e para atendimento das medidas administrativas cabíveis, procedeu com a abertura dos créditos



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

orçamentários, conforme Decreto Municipal n.º 2148 de 17/01/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. REQUISITOS INTERNOS

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Básico.

A contratação terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º inciso VI da Lei n. 14.133/2021.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico e/ou executivo com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

A contratada deverá manter no local o livro DIÁRIO DE OBRA, devendo o contratante receber as segundas vias das folhas do mesmo. Nesse livro estarão registrados os trabalhos em andamentos, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas, etc., servindo de meio de comunicação formal entre as partes.

Considerando ser item de relevância, nos Termos da Lei 14.133/2021, tal item será parâmetro para demonstração de qualificação técnica operacional e profissional da Licitante, conforme o seguinte item:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

“POSTE EM CONCRETO”

Garantia da contratação

- a. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, e Lei 14.770/2023, no percentual de **5%** (cinco por cento do valor contratual), conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.
- i. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, conforme Lei n.º 14.133/2021 Art.96.
- ii. Admite-se a prestação de garantia por meio de título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, conforme previsão da Lei 14.770/2023
- iii. A garantia nas modalidades caução, fiança bancária e títulos de capitalização, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- iv. A garantia exigida deverá ser apresentada como condição para emissão da Ordem de Serviços.
- v. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

São requisitos para a contratação:

a) Certidão de registro junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados.

b) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;

c) Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado, conforme itens de relevância que deverão constar no Termo de Referência, de acordo com as premissas da Lei 14.133/2021;

d) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

4.1. REQUISITOS EXTERNOS

Deverá ainda ser observado pela contratada as seguintes legislações:

a) Lei nº 14.133/2021, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

c) Instrução Normativa 58/2022 – SEGES-ME, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, para a aquisição de bens e contratação de serviços e Obras.

d) Instrução Normativa 73/2022 – SEGES-ME, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre licitação por critério de julgamento Menor Preço ou Maior Desconto, na forma eletrônica para contratação de bens, serviços e obras.

e) Instrução Normativa 81- SEGES-ME, de 25 de novembro de 2022, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência para aquisição de bens e contratação de serviços.

f) Instrução Normativa 91 – SEGES-ME, de 20 de dezembro de 2022, que estabelece regras para definição do valor estimado para contratação de Obras e Serviços de Engenharia, conforme dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

g) Decreto 7.983, de 08 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

h) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

i) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

j) Lei nº 6.496, DE 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

k) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

l) Lei Municipal 1222, de 14 de agosto de 2013.

m) Demais normativas cabíveis deverão ser consideradas tanto em documentos técnicos quanto no Termo de Referência e Anexos.

5. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES

Item	Descrição básica	Serviço Global
1	Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de Iluminação e Proteção em Ciclovia da Estrada Vicinal José Landin no município de Ribeirão Corrente SP	1

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Levando-se em conta as características do objeto, a Municipalidade não detém de equipamentos e mão de obra qualificada disponível em seu quadro permanente para o atendimento da demanda.

6.2. Em pesquisa profícua no mercado da construção civil, constatou a existência de diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

compatíveis com a demanda em apreço, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, restando que não há outra solução a não ser a contratação de empresa de engenharia para execução da obra de iluminação pública e proteção em ciclovias na Estrada Vicinal José Landin, no Município de Ribeirão Corrente, através de competente procedimento licitatório.

6.3. A execução se dará de conformidade com o previsto no projeto básico, memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, elaborados pelo setor competente, já tendo sido aqui demonstrado que a melhor forma de execução dos serviços é a indireta, através do regime de execução empreitada por preço global.

6.4. Com base no tipo de serviço, entende-se como Obra Comum de ENGENHARIA e Por tratar-se de Obra Comum de Engenharia, entende-se utilizável a Licitação na Modalidade Concorrência, com critério de disputa pelo MENOR PREÇO Global, em formato eletrônico, conforme orientado na Lei 14.133/2021, Art. 6º XXXVIII

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

O valor total Global estimado da Obra é de 422.368,06 (quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e seis centavos).

A estimativa é baseada nos sistemas oficiais de índices de preços para orçamentos da construção civil (SINAPI) Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil e (CDHU). Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

Por se tratar de uma contratação de Obra comum de Engenharia, sendo que a empresa a ser contratada enquadra-se em ramo de atividade amplo, foi realizado um levantamento de planilha de custos orçamentários, conforme



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

disciplinado na Lei 14.133/2021, Art. 23 § 2º Inc. I considerando custos unitários acrescidos de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

A tabela de Detalhamento do BDI utilizado como parâmetro consta Anexo a este estudo técnico.

A estimativa é baseada nos sistemas oficiais de índices de preços para orçamentos da construção civil (SINAPI e CDHU)

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de Iluminação e Proteção em Ciclovia da Estrada Vicinal José Landin no município de Ribeirão Corrente SP, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico e/ou executivo que deverá prever, inicialmente os seguintes serviços:

a) Definição do local de execução dos serviços, a saber:

- Estrada Vicinal José Landin no Município de Ribeirão Corrente – SP.

b) Definição dos serviços a serem executados:

Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão, em suma execução de iluminação e barreiras de proteção, sendo a execução da obra pautada nos seguintes serviços:

ILUMINAÇÃO E PROTEÇÃO:

- Serviços preliminares e instalação de canteiro de obra;
- Definição de administração da obra;
- Execução de serviços de Iluminação;
- Execução de serviços de barreira e proteção.

• A definição da metodologia executiva:

É adotada, obrigatoriamente, de acordo com as normas técnicas vigentes. Para cada serviço, existe uma metodologia especial. Portanto, essas definições estarão pormenorizadas no Projeto Básico elaborado pela equipe técnica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

c) Sobre a definição do prazo da obra:

Estima-se que o prazo de execução seja de 690 (seiscentos e noventa) dias, conforme cronograma físico financeiro e a vigência contratual 720 (setecentos e vinte) dias.

d) Definição das unidades de medida para quantificação dos serviços e delimitação dos preços unitários:

deverá estar explicitado na planilha orçamentária, cujos quantitativos foram obtidos por meio de levantamento de dados com vistas às necessidades da obra a ser executada.

e) Facultar, à contratada, a possibilidade de visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços.

9. JUSTIFICATIVAS PARCELAMENTO OU NÃO

9.1. Conforme Art. 46 Inc. II da Lei 14.133/2021, entende-se que o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL ser o mais adequado, uma vez que existem projetos, planilhas e memoriais que detalham os itens, suas quantidades e custos do empreendimento, de forma que os fornecedores podem ter visão do objeto como um todo, assim como seus custos.

9.2. O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica;

9.3. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

9.4. Para execução de Iluminação e proteção na Ciclovia da Estrada Vicinal José Landin no município de Ribeirão Corrente – SP, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

9.5. Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Assim, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A contratação de empresa de engenharia para execução de obras de Iluminação e Proteção em Ciclovia do Município de Ribeirão Corrente – SP irá contribuir muito para melhorar a infraestrutura urbana da cidade, além de melhorar a parte visual, o lazer e a prática de esporte, assim contribuindo para ampliar o lazer, a prática esportiva e a melhoria da saúde de toda a população e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

principalmente contribuindo para a segurança de todos os usuários desse novo equipamento de infraestrutura urbana no município.

Realizada a produção do projeto e demais anexos elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras, Habitação e Serviços, o próximo passo se consubstancia no planejamento da efetuação de certame para contratação de empresa para execução da obra.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

12.1. Não se vislumbra neste momento, contratações correlatas ou interdependentes para efetiva consolidação do Objeto pretendido neste Estudo Técnico Preliminar.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. O referido projeto não causa grandes impactos ambientais, uma vez que não haverá supressão de vegetação nativa, tampouco a utilização de APPs. Desta forma foi requerido Declaração De Atividade Dispensada Ou Isenta De Licenciamento (DAIL), solicitação Nº 93042531 de 15 de maio de 2024, cadastro CETESB 5791001738.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, Os resíduos deverão ser levados pela contratante aos locais adequados para cada tipo de resíduo, seguindo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Lei Nº 1222, de 14 de agosto de 2013), sendo que, no município, há o Aterro de Construção Civil de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

Classe A, suportando de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 Classe A: Resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações, tais como componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE/POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

14.1. Esta equipe de planejamento, com base no Inc. XIII do § 1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021 declara **VIÁVEL**, técnica e economicamente a contratação, com base nos projetos elaborados e apresentados, sendo que maiores detalhamentos deverão constar no Termo de Referência, Documentos de Gestão de Riscos e demais anexos a serem produzidos.

Constam anexos a este Estudo Técnico Preliminar
Anexo I – Termo de Referência.

Ribeirão Corrente, 10 de junho de 2024

ERIC DOUGLAS TEODORO DE SOUZA
Engenheiro Civil
5070839806-SP

MARCELO DONIZETE
BERTANHA
Secretário da Secretaria Municipal de Planejamento,
Obras, Habitação e Serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de Iluminação e proteção na ciclovia da Estrada Vicinal José Landin no município de Ribeirão Corrente – SP

1.2. O valor global estimado da contratação é de R\$ 422.368,06 (quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e seis centavos).

1.3. Os valores unitários estimados constam detalhados no ANEXO IV (Planilha decomposição de Custos)

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como Obras Comuns de Engenharias, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 720 (setecentos e vinte) dias, contados do(a) data de emissão da Ordem de Serviços, na forma do artigo 105 e 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O prazo de execução do objeto é de 690 (seiscentos e noventa) dias, contados da data de início definida na Ordem de Serviços, conforme ANEXO V, Cronograma Físico x Financeiro.

1.7. Consta na minuta de contrato maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência e execução da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no planejamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras, Habitação e Serviços para o Ano de 2024, com recursos orçamentários reservados para tal ação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice I deste Termo de Referência.

3.2. O detalhamento dos serviços encontra-se pormenorizada no Memorial Descritivo (Anexo III) Projeto Básico (Anexo II) e demais documentos complementares deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os Requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Vistoria

4.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado será facultativa, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas.

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços poderá ocorrer desde a abertura da licitação até a data limite constante no preâmbulo do Edital, devendo ser previamente (com ao menos um dia de antecedência) agendada através do telefone (16)3749-1000 ou pelo e-mail engenharia@ribeiraocorrente.sp.gov.br

4.4. Serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme ANEXO VII.

4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

SUSTENTABILIDADE

4.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, Os resíduos deverão ser levados pela contratante aos locais adequados para cada tipo de resíduo, seguindo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Lei Nº 1222, de 14 de agosto de 2013), sendo que, no município, há o Aterro de Construção Civil de Classe A, suportando de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 Classe A: Resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações, tais como componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Data definida na Ordem de serviços, a ser emitida após a confecção e assinatura do Contrato;

5.1.2. Prazo da execução do objeto: O prazo para execução dos serviços é estimado em 690 (seiscentos e noventa) dias, conforme disposto no ANEXO V, Cronograma Físico- Financeiro.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na Estrada Vicinal José Landin no



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

município de Ribeirão Corrente – SP.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.3.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades definidas no Memorial Descritivo – ANEXO III e planilha Orçamentária ANEXO IV.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.4.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- a. Execução de Serviços de Iluminação e proteção na Ciclovia da Estrada Vicinal José Landin no município de Ribeirão Corrente – SP.
 - b. Informações detalhadas constam nos ANEXOS – Projeto Básico e Memoriais Descritivos.

Especificação da garantia do serviço

- 5.5.** O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme estipulado no Art. 618 da Lei 10.406/2002, que instituiu o Código Civil, para Obras.

- 5.6.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto, uma vez que se trata de empreendimento novo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1.** O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto representante da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.

6.6.1. Poderá representar como preposto da empresa o Engenheiro, encarregado ou outro profissional que venha a ser designado para desempenho de funções durante o empreendimento.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, tendo como órgão Gestor a Secretaria Municipal de Planejamento, Infraestrutura, Obras, Habitação e Serviços.

A equipe de fiscalização será composta por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- a. Equipe de Fiscalização Técnica (engenheiro(a) e arquiteto) e substitutos
- b. Fiscal Administrativo e substituto

Fiscalização Técnica

6.10. Os fiscais técnicos do contrato acompanharão a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e. Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A equipe de fiscalização deverá ainda:

- 6.16.1.** Verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

- 6.16.2.** Manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;
- 6.16.3.** Consultar o Órgão Gestor do contrato sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;
- 6.16.4.** Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
- 6.16.5.** Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.
- 6.17.** De forma subsidiária aos regulamentos Municipais, será utilizado o Decreto Federal 11.246/2022, no que dispõe as regras para a atuação do agente de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato e seu substituto verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.20. Constituem ainda obrigações relativas à fiscalização Administrativa:

6.20.1. Recepcionar, conferir e atestar da contratada os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e nas exigências da Setor de Contabilidade que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

6.20.2. Notificar a contratada sobre irregularidades documentais porventura constatadas durante a execução do contrato.

6.20.3. Providenciar prosseguimento administrativo de possíveis



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

processos de aditamento, rescisões e outros que possam vir a ocorrer, em conjunto com a fiscalização técnica.

6.20.4. Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;

6.20.5. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.22. Constituem ainda obrigações relativas à fiscalização Administrativa:

6.22.1. Recepcionar, conferir e atestar da contratada os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e nas exigências do Setor de Contabilidade que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

6.22.2. Notificar a contratada sobre irregularidades documentais porventura constatadas durante a execução do contrato.

6.22.3. Providenciar prosseguimento administrativo de possíveis processos de aditamento, rescisões e outros que possam vir a ocorrer, em conjunto com a fiscalização técnica.

6.22.4. Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;

6.22.5. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

6.22.6. De forma subsidiária aos regulamentos Municipais, será utilizado o Decreto Federal 11.246/2022, no que dispõe as regras para a atuação do agente de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Gestor do Contrato

6.23. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências,

das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.24. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.25. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.26. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.27. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.28. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.29. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.30. Caberá ainda ao Órgão Gestor do contrato:

- 6.30.1.** Ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, bem como de seu cronograma físico-financeiro, bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- 6.30.2.** Fazer constar do processo administrativo correspondente as informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído;
- 6.30.3.** Executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente;
- 6.30.4.** Expedir a(s) Ordem(ns) de Serviço(s);
- 6.30.5.** Garantir acesso do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, visando subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;
- 6.30.6.** Verificar e aprovar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação exigida como condição de assinatura do contrato, bem como mantê-la atualizada;
- 6.30.7.** Atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;
- 6.30.8.** Manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente, em tempo



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

hábil, a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;

- 6.30.9.** Dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade requisitante do serviço e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- 6.30.10.** Verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e nas exigências do Setor de Contabilidade para liquidação e pagamento;
- 6.30.11.** Verificada a existência de qualquer infração contratual, constatada pelo gestor ou unidade gestora, ou apontada pelo fiscal, relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar, com a devida justificativa técnica, às autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;
- 6.30.12.** Apurar situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, ao tomar conhecimento dela por qualquer meio, independentemente de ação judicial, e adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato;
- 6.30.13.** Executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada;
- 6.30.14.** Emitir, quando solicitado, as declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, consultado o fiscal do contrato;
- 6.30.15.** Repassar as informações sobre vigência e necessidade de prorrogação do ajuste para a área responsável pelo plano de contratações anual;
- 6.30.16.** Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

- 6.30.17.** De forma subsidiária aos regulamentos Municipais, será utilizado o Decreto Federal 11.246/2022, no que dispõe as regras para a atuação do agente de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1.** Os pagamentos serão efetuados conforme as devidas medições e em conjunto com o estabelecido no CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, constante neste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade, caso verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou executar com a qualidade inferior ao exigido, atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Qualidade dos serviços da entrega de parcela executada

7.3.2. Qualidade dos materiais e equipamentos utilizados na execução

7.3.3. A apresentação de documentos relativos aos objetos executados, quando cabíveis.

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso, assim como catálogos, informativos e fichas técnicas de equipamentos porventura instalados.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e subsidiariamente Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, para os itens pertinentes.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos.

7.19. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, decreto nº 11.246, de 2022).

7.20. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

- 7.21.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.22.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.23.** Enviar a documentação pertinente ao Setor de Contabilidade, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.24.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.25.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.26.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.27.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.28.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

7.29. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante; a Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista por meio

7.30. consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.31. A Administração deverá realizar consulta aos documentos de habilitação exigidos na licitação, visando:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

7.32. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.33. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.34. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

7.35. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação documental.

Prazo de pagamento

7.36. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis a contar da liquidação da despesa, conforme seção anterior e Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022. Art. 7º. Inc. II

7.37. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.38. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.39. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.40. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.41. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.42. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

7.43. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento devido à caracterização do objeto não se caracterizar tal necessidade, sendo que os pagamentos serão efetuados mediante execução prevista no Cronograma Físico Financeiro, ANEXO ao Edital.

Cessão de crédito

7.44. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO global.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço Global, uma vez que é possível definir previamente no projeto, com suficiente margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados e quantitativos de materiais e equipamentos.

Críticos de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.4. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.5. O valor global da planilha deverá estar dentro dos estimados pela Administração.

8.6. Exigências de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

Habilitação jurídica

8.6.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.6.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.6.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.6.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.14. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.6.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.6.16. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.6.17. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.6.18. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.6.19. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.6.20. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.21. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.6.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

8.6.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.6.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.6.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.6.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.6.27. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. CREA – Conselho Regional de Engenharia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade

8.6.28. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnica Profissional

8.6.29. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

Índice de relevância técnica profissional a ser demonstrada pela licitante

Descrição

POSTE DE CONCRETO

8.6.30. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela Administração.

8.6.31. A Licitante deverá ainda indicar ENGENHEIRO (A) devidamente registrado no CREA – Conselho Regional de Engenharia E ARQUITETO(A) competente, devidamente registrado e ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), detentor de Certificado de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo conselho profissional, confirmando experiência em responsabilidade técnica de obra ou serviço de Pavimentação, drenagem e recapeamento.

8.6.32. A empresa deverá apresentar o número de Registro ou inscrição do(s) profissional(is) responsável(is) Técnico(s) no CREA ou CAU, em plena validade.

8.6.33. A empresa apresentará ainda Declaração de que a empresa se vencedora apresentará documentos para comprovação do seu vínculo com o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), mediante à apresentação do Contrato Social da empresa devidamente registrado, Fotocópia do Registro da CTPS, Ficha de Emprego ou Contrato de Trabalho, sendo possível a Contratação de Profissional Autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, como condição para assinatura do contrato.

Qualificação Técnica Operacional

8.6.34 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente – Conselho Regional de Engenharia – CREA ou CAU



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

– Conselho de Arquitetura e Urbanismo, demonstrando a execução do seguinte item de relevância:

Índice de relevância a ser demonstrado pela Licitante

Descrição	Un	Qtde
POSTE DE CONCRETO	Un	32

Memória de cálculo da planilha:

Poste de concreto circular, 200 kg, H = 7,00 m	UN	64
--	----	----

(total 64 un - 50% - 32 un)

O item equivale à mais de 4% do valor total estimado da Obra, nos parâmetros exigidos pela Lei 14.133/2021

8.6.35. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados.

8.6.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.6.37. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, caso e quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de 422.368,06 (quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e seis centavos).

9.1. , conforme custos unitários detalhados e apostos na Planilha Orçamentária ANEXO IV deste Termo de Referência.

9.2. O valor global de referência para aplicação do maior desconto corresponde ao valor mencionado no item anterior.

9.3. A estimativa de custo levou em consideração os riscos envolvidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado no mapa de risco constante do Contrato, no ANEXO VIII.

9.4. Os preços só poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, devidamente fundamentado e documentado nas seguintes situações:

9.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, conforme art. 25 § 7º da Lei 14133/2021.

9.4.4. Na hipótese de o prazo de execução dos serviços exceder a 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado (06/2023), por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse do CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago e não executado, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

$R = V \frac{(I - I_0)}{I_0}$, onde:

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento;

I)= Índice relativo ao mês da proposta

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, para o ano de 2024.

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0385 – Esporte e Lazer

4.4.90.5100 – Obras e Instalações

27.812.0385.1021.0183 – Iluminação da Ciclovia

Ficha 361

0.02.19 100.183 – Convênio: Secretaria de Governo e Relações Institucionais.

10.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, para o ano de 2024.

10.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

Compõem este Termo de Referência:

Apêndice I do Termo de Referência – Estudo Técnico

Preliminar

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Projeto Básico

ANEXO III – Memorial Descritivo

ANEXO IV – Planilha Orçamentária

ANEXO V – Cronograma Físico x Financeiro

ANEXO VI – Modelo de Proposta

Anexo VII – Modelo de Termo Vistoria/Dispensa Vistoria

Anexo VIII – Mapa de Risco

Anexo IX - Detalhamento do BDI



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

Ribeirão Corrente, 10 de junho

ERIC DOUGLAS TEODORO DE SOUZA
Engenheiro Civil
CREA: 5070839806-SP

MARCELO DONIZETE
BERTANHA
Secretário da Secretaria Municipal de Planejamento,
Obras, Habitação e Serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

ANEXO VII – A

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

À
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS
RIBEIRÃO CORRENTE.

Ref.: CONCORRENCIA ELETRÔNICA N.º.....2024

Nome da empresa: _____

CNPJ _____

Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor da **Concorrência nº ----/2024**, cujo

objeto é a Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de Iluminação e Proteção em Ciclovia da Estrada Vicinal José Landin no município de Ribeirão Corrente SP, conforme edital e seus anexos.

Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com

todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

Declaramos, ainda, ter vistoriado, por meio do Responsável Técnico da empresa, abaixo identificado, todos os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e graus de dificuldades existentes.

(Local), ____ de _____ de 2024

Responsável Técnico da Empresa

Representante – Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

ANEXO VII - B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

À
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS
RIBEIRÃO CORRENTE.**

Ref.: CONCORRENCIA ELETRÔNICA...../2024

Nome da empresa: _____

CNPJ _____

Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor da **Concorrência nº...../2024**, cujo

objeto é a Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de Iluminação e Proteção em Ciclovia da Estrada Vicinal José Landin no município de Ribeirão Corrente SP, conforme edital e seus anexos.

Declaramos ter tomado pleno conhecimento de todas as informações e condições para o devido

cumprimento do objeto da licitação em pauta, por meio do Edital e seus anexos, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências contidas em tais documentos, independentemente de transcrição.

Declaramos, ainda, apesar da possibilidade de realização de vistoria, que não será necessária sua realização nos locais onde haverá execução dos serviços, e que nos encontramos cientes de que em hipótese alguma a Administração aceitará posteriores alegações com base no desconhecimento das instalações.

(Local), _____ de _____ de 2024

Responsável Técnico da Empresa

Representante – Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente